

No meio, a virtude

O grave conflito entre governadores dos Estados e o Presidente da República, tendo ao meio, como sempre na história de todos os nossos conflitos institucionais, o Parlamento, é desses que preocupam os observadores mais argutos da política brasileira. A crise já é muito grave para que possamos nos dar ao luxo de assistir passivamente a um conflito de figuras tão importantes do nosso fragilíssimo poder civil, numa hora em que falta coesão interna para resolver os graves problemas econômicos e financeiros do país.

Abandonado pelos políticos, encarado com reservas pelo poderoso empresariado do Centro-Sul, o presidente Sarney demonstra que suas resistências estão se esgotando. Ele se ressentido de apoio político e popular para implementar as medidas indispensáveis à superação da crise, que está levando o Estado brasileiro a uma notória situação pré-falimentar e provocando o agravamento dos problemas sociais.

O Presidente mostra-se dominado pelas aflições e tensões, agravadas agora pelo grave conflito dos governadores com seu Governo por divergências quanto ao pagamento da dívida contraída pelos Estados para com a União. Importante auxiliar de confiança de Sarney confidenciou a parlamentar do PMDB seu receio de que o Presidente da República "peça o boné e vá embora". Desamparado politicamente, recrutado para bode expiatório preferido dos governadores e políticos do PMDB que acabam de ser fragorosamente derrotados nas

urnas, Sarney se vê embaraçado por um conjunto de complexos problemas políticos.

As relações do Presidente com os governadores eram excelentes até o momento em que ele podia mobilizar razoável massa de recursos para alguns dos mais importantes, como Orestes Quêrcia, Newton Cardoso, Alvaro Dias, entre outros. Agora, há não apenas maior escassez de recursos, como os resultados eleitorais desastrosos para muitos deles tornaram imperativa a caça ao bode expiatório dos insucessos.

Sarney transformou-se nesse bode expiatório. E para agravar a crise, que é eminentemente política, os governadores querem empurrar literalmente com a barriga a dívida contraída pelos Estados. Claro que eles não podem ser apontados como responsáveis pelo endividamento dos Estados, obra dos seus antecessores. Sarney também não é o responsável pela dívida externa gigantesca, acumulada no regime militar.

O conflito de interesses entre a União e os Estados, com o Parlamento ao meio, poderá gerar uma crise institucional. A solução não estará nem na fórmula de Sarney, nem na dos governadores, que desejam pagar muito pouco. Os políticos precisam encontrar uma fórmula de compromisso, um meio termo entre os dois extremos para evitar desfechos políticos mais desagradáveis do que aqueles que já sentimos na própria carne.